

Contribuições e possibilidades a partir da meta-avaliação: reflexões sobre o diálogo em torno dos resultados da CPA

*Thiago Henrique Almino Francisco **Giancarlo Moser ***Melissa Watanabe

Informações do artigo

Recebido em: 14/03/2023

Aprovado em: 21/11/2023

Palavras-chave:

Meta-avaliação. SINAES. Avaliação
Institucional.

Keywords:

Meta-evaluation. SINAES. Institutional
Assessment.

Autores:

*proftf@gmail.com

**mosergiancarlo@gmail.com

***melissawatanabe@unescc.net

Como citar este artigo:

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino;
MOSE, Giancarlo; WATANABE, Melissa.
Contribuições e possibilidades a partir
da meta-avaliação: reflexões sobre o
diálogo em torno dos resultados da CPA.
Competência, Porto Alegre, v. 16, n. 2,
dez. 2023.

Resumo

Desde 2004 a avaliação institucional tem sido um tema amplamente discutido no ecossistema do ensino superior brasileiro, dentro dos mais variados paradigmas. Diversos desafios têm sido descortinados, e que vão desde a compreensão do sistema até a utilização de seus resultados. Nesse sentido é que a reflexão sobre os usos dos resultados da avaliação ganha contornos importantes e neste ensaio propõe-se uma relação entre esse desafio e a prática da meta-avaliação. Partindo do pressuposto de que não há consumo dos resultados sem diálogos objetivos, este texto faz uma relação com prática da meta-avaliação a partir da perspectiva do instrumento elaborado pelo JCSEE. Os resultados permitem considerar que a utilização dos resultados da avaliação só é possível a partir de dois elementos que parecem ser relevantes neste contexto: o diálogo com os stakeholders promovido pela escuta induzida pela meta-avaliação e a vontade político-institucional para que a avaliação seja considerada um mecanismo de governança institucional.

Abstract

Since 2004, institutional evaluation has been a widely discussed topic in the Brazilian higher education ecosystem, within the most varied paradigms. Several challenges have been uncovered, ranging from understanding the system to using its results. It is in this sense that reflection on the uses of evaluation results gains important contours and this essay proposes a relationship between this challenge and the practice of meta-evaluation. Based on the assumption that there is no consumption of results without objective dialogues, this text makes a relationship with the practice of meta-evaluation from the perspective of the instrument developed by the JCSEE. The results allow us to consider that the use of the evaluation results is only possible based on two elements that seem to be relevant in this context: the dialogue with the stakeholders promoted by the listening induced by the meta-evaluation and the political-institutional will for the evaluation to be considered an institutional governance mechanism.

1 INTRODUÇÃO

Desde 2004, a avaliação institucional tem sido um tema bastante debatido no contexto da gestão do ensino superior, e mais especificamente no cenário daqueles que discutem os modelos de governança acadêmica e administrativa dos diversos; e porque não dizer complexos; modelos institucionais brasileiros. Entre os diversos elementos discutidos neste contexto, alguns se destacam com mais intensidade em função dos diversos “momentos” pelos quais o SINAES passou. Seja na perspectiva da autoavaliação, ou na trilha da regulação, os debates intensos se referem a diversas estratégias, críticas e, até mesmo, proposições com o objetivo de aprimorar o Sistema.

Em torno de tudo isso, uma pauta complementar sempre foi discutida com bastante intensidade, já que os diversos momentos do atual sistema de avaliação do ensino superior sempre tiveram como norte um importante elemento: a utilização de seus resultados. A literatura mostra, ao longo dos últimos 17 anos, que a avaliação é um mecanismo institucional que demanda vontade política da IES e, sobretudo, reconhecimento técnico daqueles que possuem a responsabilidade pela condução da temática. Nesse sentido, por indução, percebe-se que a utilização dos resultados se relaciona diretamente com a percepção dos “usuários” da avaliação a respeito destes elementos. Por isso, não há como afirmar que os resultados são devidamente comunicados, sem que exista a prática da meta-avaliação. É por meio dela que ocorre o diálogo entre os avaliadores e avaliados, sob uma perspectiva de debate sobre as melhores alternativas relacionadas a funcionalidade do processo avaliativo.

É nesse sentido que este ensaio teórico se apresenta, na medida em que tem o objetivo de descortinar um debate sobre os desafios, as oportunidades e as contribuições para a estratégia institucional que surgem a partir da meta-avaliação, com indutora da utilização dos resultados da avaliação institucional pela CPA. Este texto não tem a pretensão de esgotar o tema, mas muito pelo contrário. Espera-se debater um fundamento essencial para a prática e para o processo avaliativo, de maneira que seja possível abrir uma trilha de pesquisa que possa contribuir com estratégias legitimadas para o uso dos resultados da avaliação.

2 CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA

2.1 REFLEXÕES SOBRE OS ELEMENTOS EMERGENTES DA LITERATURA RELACIONADOS A GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Com o surgimento do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), no ano de 2004, as discussões a

respeito dos modelos estratégicos adotados nas instituições de ensino superior têm aumentado de forma considerável. Seja do ponto de vista acadêmico, ou do ponto de vista técnico, o que se percebe é que a comunidade que discute o tema, desde então, tem se debruçado no sentido de perceber o real significado do movimento estratégico para a governança de entidades dessa natureza. Por isso, considerando a importância do tema e a grande quantidade de estudos que se reportam à relação entre esses dois elementos (estratégia e ensino superior) pode-se criar aqui um quadro que estruture esses estudos em três principais correntes.

A primeira corrente se relaciona com a relação entre a estratégia e temas emergentes no ensino superior. Ao considerar alguns estudos mais contemporâneos, principalmente aqueles que buscaram compreender o impacto da pandemia da COVID-19 no ensino superior, é possível perceber um conjunto de estudos que evidenciam a necessidade de um reposicionamento estratégico das instituições a partir de elementos relacionados com a inovação curricular, a inovação tecnológica, com a internacionalização e com a garantia da qualidade. Estes termos ficam evidentes quando pesquisas como a de Harres *et al.* (2005), Masetto (2011), Masetto (2018), Campani *et al.* (2019), Gaeta (2020), Caliar, Zilber e Perez (2017), Turchi e Morais (2017), Miranda (2019), Amorim e Finardi (2017), Franklin, Zuin e Emmendoerfer (2018), Pessoni (2017), Vale, Cachinho e Morgado Sousa (2018), Leal, Stallivieri e Moraes (2018), Komotar (2021); Alhamad e Aladwan (2019); Pham e Nguyen (2020); Rybinski (2020); Khelifi *et al.* (2020); Staub (2019); Salto (2021).

Ao considerar este compendio de textos, percebe-se que o movimento que se estabelece nessa corrente versa sobre elementos pedagógicos, tecnológicos e conceituais atrelados ao pensamento estratégico que é hegemônico nos contextos em que é discutido. Do ponto de vista da inovação curricular, os estudos tem a tendência de indicar a necessidade de aproximar as instituições e cursos de graduação do mundo do trabalho, proporcionando o desenvolvimento de elementos formativos que tornem o egresso não apenas um profissional, mas também um cidadão, globalizado, politizado e com um exercício profissional coerente com a sua visão de mundo. Neste sentido, Masetto (2011), Masetto (2018) apresentam resultados que permitem explorar novas reflexões, já que a relevância do processo educativo no ensino superior está relacionado com a relevância do currículo, sua aplicabilidade e, sobretudo, sua avaliação.

Já no que se refere aos estudos a respeito da inovação tecnológica, identifica-se que o tema central está vinculado a integração das IES com o ecossistema de inovação, promovendo condições que facilitem a inovação, o empreendedorismo e o fomento a capacidades que movimentem o cenário de novos negócios e de solução de problemas sociais relevantes. Além de fomentar disciplinas, projetos integradores e ações integradas com o modelo de gestão das IES, esse aspecto instituiu um mecanismo

que orienta a governança para a inovação e amplia a visão das IES a respeito de seu papel social. Embora seja um tema que caminha por visões de mundo dicotômicas, estudos que se posicionam nessa área indicam a necessidade da diversificação “corporativa” das IES, considerando o mote da inovação como um dos elementos que induzem a busca por novas fontes de receita. É algo que pode ser percebido nos estudos de Miranda *et al.* (2019), Amorim e Finardi (2017), mas que também já eram percebidos na reflexão de Christensen e Eyring (2011). Outro movimento que começa a emergir está relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os quais interferem (ou pelo menos podem interferir) nos modelos de governança e na *práxis* pedagógica das IES, o que parece indicar os relatos de Serafim e Arruda Leite (2021).

Outra pauta importante é aquela que se refere a internacionalização, em especial quando se considera as condições para o desenvolvimento de interfaces institucionais em contextos globalizados. O trabalho de Leal e Moraes (2018) sustenta essa discussão e aponta para formas diferentes de internacionalização, em especial considerando pontos emergentes que podem fomentar a prática da internacionalização no âmbito “sul-sul”. Nesta perspectiva, Leal, Stallivieri e Moraes (2018) indicam a necessidade da criação de indicadores que possam promover as maneiras corretas para que a internacionalização ocorra, bem como o respeito à identidade de cada modelo institucional para que a internacionalização, a mobilidade acadêmica e as práticas de intercâmbio possam acontecer com objetivos claros e coerentes.

Por fim, considerando a garantia da qualidade como conceito emergente no campo da gestão universitária a qualidade é discutida como um fator articulado com a identidade da instituição. Quando se referem à educação superior os estudos destacam que a qualidade deve se construir a partir da leitura dos movimentos sociais e dos objetivos estratégicos de cada nação (ALTAKHAINEH; ZABIN, 2021). Outros estudos ainda indicam que a qualidade deve ser um mecanismo que integre, de maneira sistêmica, com educação superior a sociedade (Komotar, 2021; Alhamad e Aladwan, 2019; Pham e Nguyen, 2020; Rybinski, 2020; Khelifi *et al.*, 2020; Staub, 2019; Salto, 2021).

A partir deste panorama, considerando o movimento emergente da literatura sobre a gestão universitária, alguns recortes podem ser extraídos e que permitem inferir que os temas emergentes tangenciam elementos tratados na estrutura do SINAES, que será discutido a seguir. Contudo, poucos estudos parecem tratar da relevância da CPA, ou de outras comissões, como indutoras da prática da avaliação institucional, que é o ponto a ser discutido por esse artigo.

2.2 O SINAES E SEUS DESDOBRAMENTOS ESTRATÉGICOS: UMA RELAÇÃO COM A GOVERNANÇA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

Ao longo de toda a sua trajetória, o ensino superior brasileiro se constituiu em torno de um modelo ancorado nos pressupostos regulatórios, sobretudo em função da participação estatal no movimento de governança institucional. O trabalho de Francisco (2017) demonstra esse viés e destaca, sobretudo em suas inferências, que o modelo de ensino superior brasileiro se constituiu em torno de um movimento bastante complexo, com forte participação estatal e a partir de uma estrutura “não universitária”.

Esse princípio parece ter se mantido ao longo de toda a trajetória da construção do modelo de ensino superior brasileiro, e ganhou contornos relacionados à governança a partir das várias reformas que acometeram o sistema que ia se criando. Ao que parece, com a Lei No. 9.394, de 25 de novembro de 1996 e com o Plano Nacional da Educação de 2001, discutido por Oliveira *et al.* (2011), alguns elementos consolidados na história do modelo construído foram rediscutidos, com o objetivo de se construir um panorama mais alinhado a modelos internacionais que se destacavam à época. Nesse sentido, a pauta da avaliação entra novamente em discussão, após um período de pouco êxito destacado por Zandavalli (2009), e traz à tona a importância da prática da avaliação como mecanismo indicativo da qualidade e da pertinência da oferta. Nesse sentido, após distintas experiências com a avaliação, em 2004 surge o que se denominou de Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Promulgado pela Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004, o sistema angariou experiências anteriores e se constituiu em um mecanismo que orientou a governança no ensino superior, contribuindo para o desenvolvimento de práticas e modelos de governança que tinham, na avaliação; ou pelo menos no modelo proposto pelo SINAES; um direcionador para as ações estratégicas no ensino superior. A partir do surgimento do sistema, o que se viu foi um aumento bastante significativo de estudos que versaram sobre a avaliação. O trabalho de Francisco (2017) destaca que tais estudos se posicionavam no sentido de compreender a relação entre avaliação-regulação e, especialmente, no caminho para aprofundar o entendimento sobre os impactos do ENADE no percurso pedagógico e estratégico das IES.

Em um contexto mais contemporâneo, os estudos de Bonisenha e D’Ángelo (2018), Pereira, Araújo e Machado-Taylor (2020), Nunes, Duarte e Pereira (2017), Ribeiro e Guerra (2019), Vieira, Kreutz e Costa (2019), Cavalcanti e Guerra (2019) e Guerra e Souza (2020) trazem para a discussão elementos que fizeram do SINAES um elemento importante na gestão das IES e de seus projetos pedagógicos. A partir do recorte destes estudos, é possível perceber que, em se tratando de governança acadêmica

e administrativa, dois pontos chamam a atenção. O primeiro está relacionado com o apelo regulatório, que voltou as IES para a compreensão da estrutura e da gestão do Conceito Preliminar de Curso, enquanto o outro, mais especificamente em um cenário recente, se preocupou com elementos relacionados com a eficiência administrativa. O que se mostra curioso é que poucos estudos tem se posicionado de maneira direta no sentido de compreender os desdobramentos do papel da Comissão Própria de Avaliação como uma comissão alinhada com os desdobramentos estratégicos das Instituições, principalmente quando considerada uma “inovação” dentro do Sistema.

Do ponto de vista dos elementos regulatórios, os estudos tem tratado do SINAES como um mecanismo complexo, sobretudo em função dos diversos dispositivos que interferem no movimento de governança do sistema e que alteram a percepção dos elementos que estruturam o seu funcionamento. O trabalho de Francisco (2017) e de Queiroz (2014) apresentam boas definições a respeito destes elementos e apresentam a regulação com um movimento integrado com o sistema de gestão da IES, mas destacam que é fundamental que o movimento regulatório seja compreendido com o objetivo de promover a flexibilidade ideal para o modelo de gestão da IES.

Um ponto que destaca-se, relativo aos desdobramentos do SINAES na perspectiva de avaliação, está no fato de que o sistema oferece condições para que as IES possam trabalhar as perspectivas do sistema em seu modelo de governança. Da auto avaliação, até o ENADE, vários momentos e movimento do Sistema oferecem elementos que podem ser estratégicos na condução dos projetos institucionais de uma IES, independente de sua modalidade. Mesmo que controverso, o ENADE oferece condições para compreender a integração de um Projeto Pedagógico com uma determinada Diretriz Curricular. Isso contribui com o desenvolvimento de uma série de ações acadêmicas e administrativas que abarcam todos os envolvidos com o processo formativo em um curso de graduação, sobretudo com os estudantes. O ENADE é, portanto, um dos elementos intervenientes da relação entre o SINAES e a governança de uma IES, mas não o único.

Outro que pode ser destacado é o movimento relacionado com a avaliação externa, mais especificamente em função da utilização dos instrumentos de avaliação do INEP, que orientam os atos regulatórios, como fontes norteadoras para ações de governança institucional. Os instrumentos, seus critérios de análises, e *insights* provenientes de sua aplicação geram, pelo menos desde 2017, oportunidades para que as IES tenham condições de operar seus projetos e sua estratégia. É uma ação que tem condição de promover um portfólio de oportunidades as IES que utilizam estes materiais de forma correta, sobretudo quando identificam-se as questões relacionadas com as “ações inovadoras ou exitosas” previstas nestes documentos.

Além destes, outro desdobramento que pode ser evidenciado como elemento que interfere na relação entre o SINAES e a governança institucional é aquele relacionado com a própria regulação. O SINAES exacerbou um movimento que é histórico na educação superior brasileira, na medida em que promoveu a governança baseada no estudo detalhado dos atos regulatórios e normativos, tornando-os parte importante da estratégia institucional. Portarias, notas técnicas, decretos e outros elementos legislativos oferecem a condição para que as IES pudessem implementar ações de *compliance*, observando premissas essenciais para o seu funcionamento de forma responsável. Pelo menos desde 2004, é o que se percebe no ecossistema institucional do ensino superior brasileiro, independente do modelo institucional ou de sua autonomia.

Ademais destes, talvez um dos grandes desafios proporcionados pelo SINAES estão relacionados ao próprio processo de auto avaliação institucional. Considerando uma das grandes inovações do processo; aproveitando uma experiência do PAIUB proposta ainda na década de 1990; este foi um elemento bastante discutido até o ano de 2008, quando surgem o que se denominou de indicadores de qualidade que foram propostos pela Portaria Normativa No. 40, de 13 de dezembro de 2007. Com o surgimento do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados (IGC), o que se viu foi um esvaziamento da auto avaliação e, por consequência, da Comissão Própria de Avaliação em detrimento do ENADE e dos indicadores provenientes deste exame, já que eles tinham impacto na regulação institucional. A partir daí, o que se viu foi um movimento de (re) construção das atividades da CPA, responsáveis não só por acompanhar o projeto da CPA, mas também por subsidiar a governança da IES com ações institucionais relacionadas com a regulação e, sobretudo, com o ENADE.

Nesse sentido, é possível perceber por meio deste breve relato, que o SINAES foi um fator interveniente da regulação e da avaliação institucional no ensino superior brasileiro desde 2004, contudo os diversos desdobramentos do Sistema promoveram distintos impactos nos projetos institucionais de uma IES, o que tornou extremamente complexo o movimento de utilização dos dados provenientes deste processo: A avaliação institucional.

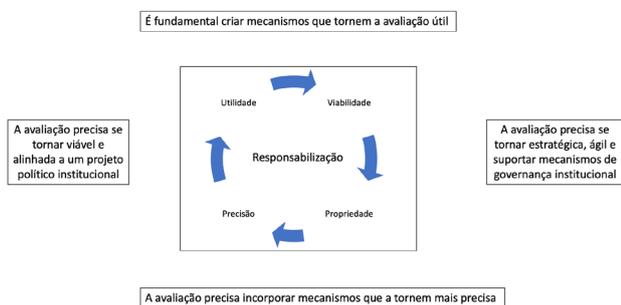
3 DESAFIOS, OPORTUNIDADES E CONTRIBUIÇÕES ESTRATÉGICAS: O MOVIMENTO DO RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Ao longo do histórico do SINAES, sobretudo no movimento estabelecido desde 2004, o que se percebe é um conjunto de elementos que estruturaram a percepção do ecossistema do ensino superior brasileiro sobre a avaliação

institucional. Como é um tema recente, a avaliação carece, portanto, de um aproveitamento teórico-metodológico que possa contribuir para que seja possível desenvolver uma plataforma adequada que possa fomentar a melhoria do sistema. Um dos trabalhos que pode contribuir com essa reflexão é o de Serpa Pinto (2015), especificamente na medida em que surge para o debate o que se denominou de meta-avaliação, considerando-a um elemento essencial para compreender a dinâmica e os resultados do processo avaliativo. Para ele, a meta-avaliação é uma prática que tem a condição de descortinar elementos que tenham condições de promover a avaliação, aprimorar os resultados e, sobretudo, legitimar a sua prática.

Nesse sentido, como fruto deste ensaio teórico que não tem a pretensão de esgotar o tema, emergem desafios, oportunidades e contribuições estratégicas que podem fomentar a avaliação como um mecanismo de governança institucional. Por este fator, é fundamental considerar a meta-avaliação como uma forma de (re) pensar o processo e compreender as formas pelas quais a avaliação poderá ser considerada elemento estratégico para as IES. Dessa forma, para tratar da prática de maneira coerente com os desafios enfrentados pelo SINAES no atual contexto, importa identificar o movimento estabelecido na **Figura 1**, a seguir, que foi adaptada a partir do modelo do *Joint Committee on Standards Educational Evaluation* (JCSEE). Os padrões de viabilidade, propriedade, precisão e utilidade, e no centro do processo a responsabilização.

Figura 1: Padrões para compreender a meta-avaliação



Fonte: Adaptado e traduzido de JCSEE (2019).

Para compreender melhor o modelo, o **Quadro 1** estruturado por Zimmerman (2021), a seguir, apresenta o detalhamento do modelo do JCSEE que contribui para a compreensão dos desafios, das oportunidades e das contribuições estratégicas que podem emergir da utilização dos resultados da avaliação:

Quadro 1: Modelo do JCSEE

Meta-avaliação	
<p>O padrão de UTILIDADE tem o intuito de aumentar o valor dos processos e produtos na visão das partes interessadas do programa</p>	<p>U1 Credibilidade do Avaliador: As avaliações devem ser conduzidas por pessoas qualificadas que estabelecem e mantêm credibilidade no contexto de avaliação.</p> <p>U2 Atenção às avaliações das partes interessadas: Deve dedicar atenção a toda a gama de indivíduos e grupos investidos no programa e afetados por sua avaliação.</p> <p>U3 Propósitos negociados: Os propósitos da avaliação devem ser identificados e continuamente negociados com base nas necessidades das partes interessadas.</p> <p>U4 Valores Explícitos: As avaliações devem esclarecer e especificar os valores individuais e culturais que sustentam os propósitos, processos e julgamentos.</p> <p>U5 Informações relevantes: As informações da avaliação devem atender às necessidades identificadas e emergentes das partes interessadas.</p> <p>U6 Processos e Avaliações de Produtos Significativos: devem construir atividades, descrições e julgamentos de maneiras que incentivem os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar seus entendimentos e comportamentos.</p> <p>U7 Comunicação e relatórios oportunos e apropriados: As avaliações devem atender às necessidades de informações contínuas de seus múltiplos públicos.</p> <p>U8 Preocupação com as consequências e as avaliações de influência devem promover o uso responsável e adaptativo, ao mesmo tempo que se protege contra consequências negativas não intencionais e uso indevido.</p>
	<p>Os padrões de VIABILIDADE têm como objetivo aumentar a eficácia e eficiência da avaliação.</p> <p>F1 As avaliações de gerenciamento de projetos devem usar estratégias eficazes de gerenciamento de projetos.</p> <p>F2 Procedimentos Práticos: Os procedimentos de avaliação devem ser práticos e adequados à forma como o programa opera.</p> <p>F3 As avaliações de viabilidade contextual devem reconhecer, monitorar e equilibrar os interesses e necessidades culturais e políticas de indivíduos e grupos.</p> <p>F4 As avaliações de uso de recursos devem usar os recursos de maneira eficaz e eficiente.</p>

<p>Os padrões de PROPRIEDADE apoiam o que é adequado, legal, correto e justo nas avaliações.</p>	<p>P1 As avaliações de orientação responsiva e inclusiva devem atender às partes interessadas e suas comunidades.</p> <p>P2 Acordos formais: Os acordos de avaliação devem ser negociados para tornar as obrigações explícitas e levar em consideração as necessidades, expectativas e contextos culturais dos clientes e outras partes interessadas.</p> <p>P3 Direitos humanos e avaliações de respeito devem ser elaboradas e conduzidas para proteger os direitos humanos e legais e manter a dignidade dos participantes e outras partes interessadas.</p> <p>P4 Clareza e Justiça: As avaliações devem ser compreensíveis e justas ao abordar as necessidades e propósitos das partes interessadas.</p> <p>P5 Transparência e Avaliações de Divulgação devem fornecer descrições completas das descobertas, limitações e conclusões para todas as partes interessadas, a menos que isso viole as obrigações legais e de propriedade.</p> <p>P6 Conflitos de interesses: As avaliações devem identificar e tratar abertamente e honestamente os conflitos de interesses reais ou percebidos que possam comprometer a avaliação.</p> <p>P7 As avaliações de responsabilidade fiscal devem levar em conta todos os recursos gastos e cumprir procedimentos e processos fiscais sólidos.</p>	<p>Os padrões da RESPONSABILIZAÇÃO da avaliação incentivam a documentação adequada das avaliações e uma perspectiva meta-avaliadora focada na melhoria e prestação de contas dos processos e produtos de avaliação.</p>	<p>E1 Documentação da avaliação: As avaliações devem documentar completamente seus objetivos negociados e os projetos, procedimentos, dados e resultados implementados.</p> <p>E2 Avaliação interna de meta-avaliação: Os avaliadores devem usar estes e outros padrões aplicáveis para examinar a responsabilidade do desenho da avaliação, procedimentos empregados, informações coletadas e resultados.</p> <p>E3 Os patrocinadores, clientes, avaliadores e outras partes interessadas no programa de meta-avaliação externa devem incentivar a realização de meta-avaliações externas usando esses e outros padrões aplicáveis.</p>
<p>Os padrões de PRECISÃO visam aumentar a confiabilidade e a veracidade das representações, proposições e descobertas da avaliação, especialmente aquelas que apoiam interpretações e julgamentos sobre a qualidade.</p>	<p>A1 Conclusões e decisões justificadas. As conclusões e decisões da avaliação devem ser explicitamente justificadas nas culturas e contextos em que têm consequências.</p> <p>A2 Informações válidas. As informações de avaliação devem servir aos propósitos pretendidos e apoiar interpretações válidas.</p> <p>A3 Os procedimentos de avaliação de informações confiáveis devem fornecer informações suficientemente confiáveis e consistentes para os usos pretendidos.</p> <p>A4 Descrições explícitas do programa e do contexto. As avaliações devem documentar os programas e seus contextos com detalhes e escopo adequados para os fins da avaliação.</p> <p>A5 As avaliações de gerenciamento de informações devem empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento de informações.</p> <p>A6 Projetos e análises sólidos. As avaliações devem empregar projetos e análises tecnicamente adequados, adequados para os fins da avaliação.</p> <p>A7 Raciocínio explícito da avaliação. O raciocínio da avaliação deve levar informações e análises a descobertas, interpretações, conclusões e julgamentos de forma clara e completamente documentada.</p> <p>A8 Comunicação e relatórios. As comunicações da avaliação devem ter escopo adequado e proteger-se de conceitos errôneos, preconceitos, distorções e erros.</p>	<p>Fonte: Zimmerman (2021, p. 38)</p>	
<p>A partir das orientações do modelo, portanto, é possível pensar em desafios, contribuições e estratégias para a utilização dos resultados da avaliação a partir da prática da meta-avaliação. Com base em um dos roteiros estabelecidos por Zimmermann (2021), considerando a proposta do JCSEE, percebe-se que a aplicação dos movimentos propostos no instrumento orienta o avaliador e o avaliado, no que se refere a importância e a contribuição da avaliação como um instrumento de gestão institucional.</p>			
<p>Do ponto de vista dos desafios, o que se percebe é que existe uma perspectiva essencial quando aos resultados e a avaliação, portanto, deverá se atentar para toda a estrutura do modelo. Do ponto de vista da utilidade, os desafios parecem estar calcados, mais especificamente, na promoção de “informações relevantes”, nos “propósitos negociados”, na “comunicação e relatórios oportunos e apropriados” e na “preocupação com as consequências” No que se refere à promoção de informações relevantes, os desafios se apontam no sentido da CPA proporcionar uma linguagem que tornem os resultados da avaliação inteligíveis aos usuários, permitindo a compreensão, a apropriação, e o usufruto dos resultados a partir dos propósitos de cada envolvido. Ao considerar a linguagem, essa parece ser um dos grandes desafios da CPA em torno do processo, sobretudo pela quantidade de dados gerados pela avaliação e pelos diferentes interesses dos stakeholders envolvidos no processo.</p>			
<p>Na perspectiva dos propósitos negociados, parece emergir um desafio relacionado a sensibilização para o processo, na medida em que surgem importantes elementos que requerem da CPA a capacidade de dialogar com os diferentes usuários da prática e dos resultados da avaliação. Há, ainda o desafio da comunicação e relatórios apropriados e com a preocupação com as consequências, o que na perspectiva da utilidade requer da CPA a necessidade de que se ancore em um projeto construído de maneira coletiva, participativa e democrática, com a avaliação eivada de vontade político-institucional para que ocorra.</p>			

Do ponto de vista da viabilidade, os desafios para a CPA parecem estar relacionados com o desenvolvimento de procedimentos práticos que fazem com que as avaliações se adaptem ao contexto para o qual ela se aplica, indicando a necessidade de adaptar os instrumentos e as metodologias. Isso faz com que a CPA se preocupe com o custo do processo, com a operacionalização do processo e com práticas que sejam acessíveis aos diversos usuários do processo avaliativo. Já no que se refere a propriedade, ao analisar o modelo do JCSEE, identifica-se que a avaliação deverá ser responsiva para atender integralmente as partes interessadas. Os maiores desafios nessa dimensão parecem estar nas possibilidades de conflito de interesses e nos acordos formais que deverão ser feitos, sobretudo na transparência e nas divulgações, já que os dados promovidos pela CPA possuem significados distintos, polissêmicos e cujos interesses parecem ser “sazonais”, a depender da prática e da metodologia aplicada ao processo.

Quanto a precisão, a outra dimensão do modelo, os desafios parecem estar na elaboração das conclusões justificadas, que permitem com que a CPA tenha condições de encaminhar proposições que possam encontrar necessidades preditivas, já que a CPA reúne essa condição em função da quantidade de dados que ela domina. Nesse sentido, a produção de informações validas e a comunicação dos relatórios parecem ser também pontos críticos que exigem da CPA uma condução estratégica e conceitual que permitam com que a Comissão possa criar uma plataforma que seja coerente com a prática, considerando as necessidades dos stakeholders que se envolvem com o processo. Uma avaliação precisa, portanto, tem a condição de fomentar a vontade política necessária para o desenvolvimento de práticas que se voltam a utilização dos resultados do processo. Por fim, na perspectiva dos desafios, a responsabilização parece indicar a necessidade do desenvolvimento constante da prática da meta-avaliação, principalmente pelo fato de que é por meio dela que é possível compreender as funções e as funcionalidades do processo e da prática da avaliação.

Já na perspectiva das contribuições, a meta-avaliação pode contribuir com a utilização dos resultados das avaliações na perspectiva que promove a condição técnica para a CPA e para os dirigentes do processo avaliativo, na medida em que induz a possibilidade de um diálogo constante e proativo com a prática e com os resultados do processo avaliativo. A partir da prática, identifica-se que a meta-avaliação tem a condição de orientar os participantes do processo avaliativo para que consuma os seus resultados, tornando, portanto, a avaliação como um instrumento de governança institucional, inserindo todos os envolvidos na discussão estratégica da IES no movimento de discussão, utilização, revisão, implementação e avaliação da própria avaliação. Isso cria uma cultura para a utilização dos resultados, para a análise crítica dos resultados e, principalmente, para o que se pode chamar de profissionalização da prática da avaliação. Isso pode tornar a

avaliação como um elemento integrado a uma política de gestão, diretamente vinculada a um desafio estratégico do processo que é torná-la um instrumento de governança institucional, que podem fomentar uma discussão importante sobre práticas de governança que podem contribuir com a gestão do PDI, dos PPCs e dos demais projetos institucionais que orientam os objetivos institucionais. A avaliação pode, portanto, tornar-se um movimento integrado com a estratégia institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente reconhecido como um dos grandes desafios da avaliação institucional, o uso dos resultados parece ser ainda um grande desafio que se apresenta para todos aqueles que usufruem da prática e do processo avaliativo, independente do espaço que ocupam no ecossistema do ensino superior. Embora o SINAES esteja entrando em uma fase de maturidade, o que se percebe é que após quase 20 anos falar a respeito da avaliação, dos usos dos resultados, parece ser um movimento que demanda uma discussão mais aprofundada, especialmente por se tratar de um tema que impacta diretamente o escopo estratégico de qualquer IES brasileira. As CPAs, nesse sentido, precisam se debruçar sobre pontos específicos deste tema, no sentido e criarem alternativas para fazer com que a avaliação possa, de fato, se constituir em uma política institucional de gestão.

A partir da reflexão proposta neste ensaio teórico, alguns desafios são descortinados com o objetivo de ampliar o debate sobre a avaliação institucional e seus desafios. Um deles, o uso dos resultados, parece estar atrelado ao segundo, que é o da própria meta-avaliação. Em consonância, ambos têm a condição de minimizar a “miopia” que pode existir na relação entre a prática e o processo avaliativo, pois só a imersão da CPA nos dados não promove aquilo que só a utilização correta dos dados, e o fenômeno da meta-avaliação, podem proporcionar: **vontade política.**

À guisa de conclusão, este ensaio não tem, a pretensão de esgotar o tema, mas de ampliar o debate sobre a utilização dos dados de um processo avaliativo. Por mais que as CPAs se debruçam em alternativas para ampliar o acesso aos resultados do processo, sem a meta-avaliação não é possível comprovar se os dados estão, de fato, se constituindo como relevantes. Portanto, somente com a “avaliação da avaliação” é possível considerar a relevância, a aplicação e a condição de promover transformações no ecossistema institucional que só a avaliação institucional é capaz de promover. Como forma de forma de compreender a visão dos usuários sobre a prática e o processo avaliativo, os itens do instrumento do JCSEE parecem ser um bom indicativo para a criação de oportunidades que permitam ampliar a percepção

sobre os processos e sobre os resultados da avaliação.

Não obstante, a importância da meta-avaliação reside no fato de que as avaliações realizadas pelas agências reguladoras, como o Ministério da Educação, não são suficientes para fornecer uma visão completa sobre a qualidade de uma instituição. A meta-avaliação permite avaliar a qualidade dos processos de avaliação e garantir que as informações fornecidas pelas agências reguladoras sejam precisas e confiáveis.

Além disso, a meta-avaliação pode ajudar a identificar lacunas nas áreas de avaliação e fornecer recomendações para o aprimoramento das práticas avaliativas. Por exemplo, se a meta-avaliação revela que uma agência reguladora tem uma metodologia deficiente para avaliar a qualidade da pesquisa científica em uma instituição de ensino superior, as recomendações podem incluir a inclusão de especialistas em áreas específicas de pesquisa para ajudar na avaliação. Outra vantagem da meta-avaliação é que ela pode ajudar a promover a transparência e a prestação de contas das instituições de ensino superior. Através da meta-avaliação, as instituições podem avaliar a efetividade de suas próprias práticas de avaliação interna e fornecer informações mais precisas e completas sobre sua qualidade e desempenho.

Conclui-se, com base no exposto pelos instrumentos e pela prática da meta-avaliação, que não é possível saber qual é a melhor forma de utilizar os resultados de um processo avaliativo, sem que se questione o próprio usuário destes resultados e sem que haja vontade político-institucional para isso. Eis o desafio.

Referências

ALHAMAD, Bassam Mohamed; ALADWAN, Rama. Balancing centralization and decentralization management at University of Bahrain. **Quality Assurance in Education**, 2019.

ALTAKHAINEH, A. R.; ZABIN, A. Foreign Language Processing of English Regular and Irregular Past Tense Verbs by Arabic-Speaking EFL Children. **Psycholinguistics**, v. 32, n. 2, 2021. Disponível em: <http://ephseir.phdpu.edu.ua/bitstream/handle/89898989/6953/Psycholinguistics%202022.32%282%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

AMORIM, Gabriel Brito; FINARDI, Kyria Rebeca. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 614-632, 2017.

BONISENHA, Carla Nardi; D'ANGELO, Marcia Juliana. O papel da cultura organizacional no desempenho operacional de uma instituição de ensino superior à luz dos indicadores de qualidade SINAES. **BASE-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 15, n. 4, p. 307-327, 2018.

BRASIL. **Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Estabelece o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Casa Civil. Brasília, 2004.

_____. **Lei Nº. 9.394, de 25 de novembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Casa Civil. Brasília, 1996.

_____. **Portaria Normativa Nº. 40, de 13 de dezembro de 2017**. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições. Casa Civil. Brasília, 2017.

CALIARI, Ketter Valeria Zuchi; ZILBER, Moisés Ary; PEREZ, Gilberto. Tecnologias da informação e comunicação como inovação no ensino superior presencial: uma análise das variáveis que influenciam na sua adoção. **REGE-Revista de Gestão**, v. 24, n. 3, p. 247-255, 2017.

CAMPANI, Adriana; DA SILVA, Rejane Maria Gomes; SILVA, Maria do Socorro; SOUSA E. Inovação curricular no ensino superior: desafios e possibilidades. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 23, n. 1, p. 785-797, 2019.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Diagnóstico institucional da Universidade Federal da Paraíba a partir da análise swot. **Revista Meta: Avaliação**, v. 11, n. 33, p. 694-718, 2019.

CHRISTENSEN, Clayton M.; EYRING, Henry J. **The innovative university**: Changing the DNA of higher education from the inside out. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2011.

FRANCISCO, Thiago Henrique Almino. O desdobramento do PROIES em uma Universidade Comunitária: uma teoria fundamentada na Grounded Theory. 399 fls. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FRANKLIN, Luiza Amália; ZUIN, Débora Carneiro; EMMENDOERFER, Magnus. Processo de internacionalização do ensino superior e

mobilidade acadêmica: implicações para a gestão universitária no Brasil. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 130-151, 2018.

GAETA, Cecília Damas. O permanente ciclo da inovação curricular no ensino superior. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 3, p. 1197-1213, 2020.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; SOUZA, Saulo Rodrigo Alves de. Avaliação da educação superior no Brasil. **Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 9, n. 18, p. 1-18, 2020.

HARRES, João Batista Siqueira *et al.* Laboratórios de Ensino: inovação curricular na formação de professores de ciências. **Santo André: ESETec**, v. 1, p. 99, 2005.

JCSEE - JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. **The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users: a guide for evaluators and evaluation users**. 3rd. ed. Thousands Oaks, CA: Sage, 2011.

KHELIFI, Adel *et al.* A proposal for a national frame of reference for the accreditation of engineering programs in Tunisia. **Quality Assurance in Education**, 2020.

KOMOTAR, Maruša Hauptman. Discourses on quality and quality assurance in higher education from the perspective of global university rankings. **Quality Assurance in Education**, 2021.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário Cesar Barreto. Decolonialidade como epistemologia para o campo teórico da internacionalização da educação superior. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas= Education Policy Analysis Archives**, v. 26, n. 1, p. 97, 2018.

_____.; STALLIVIERI, Luciane; MORAES, Mário César Barreto. Indicadores de internacionalização: o que os Rankings Acadêmicos medem?. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 1, p. 52-73, 2018.

MASETTO, Marcos T. **Trilhas abertas na universidade: inovação curricular, práticas pedagógicas e formação de professores**. [S. l.]: Summus Editorial, 2018.

_____. Inovação curricular no ensino superior. **Revista e-curriculum**, v. 7, n. 2, 2011.

MIRANDA, Ana Lucia Brenner Barreto *et al.* Inovação nas universidades: uma análise do novo marco legal. **Revista ENIAC Pesquisa**, v. 8, n. 1, p. 85-98, 2019.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires; DUARTE, Michelle Matilde Semigueem Lima Trombini; PEREIRA, Isabel Cristina Auler. Planejamento e avaliação institucional: um indicador do instrumento de avaliação do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 22, p. 373-384, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade *et al.* Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, p. 483-492, 2011.

PEREIRA, Cleber Augusto; ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes. Remendo novo em roupa velha? SINAES* de maturidade ou de saturação do modelo de avaliação do ensino superior brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020.

PESSONI, Rosemeire AB. Internacionalização do ensino superior. **International Studies on Law and Education**, São Paulo, v. 28, p. 93-110, 2017.

PHAM, Huong Thi; NGUYEN, Cuong Huu. Academic staff quality and the role of quality assurance mechanisms: The Vietnamese case. **Quality in Higher Education**, v. 26, n. 3, p. 262-283, 2020.

QUEIROZ, Kelli Consuelo Almeida de Lima. Reconhecimento de Cursos de Graduação em Instituições Privadas no Marco do Sinaes: avaliação, regulação e acomodação. Tese (Doutorado em Educação) - Programa Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RIBEIRO, Wagner Leite; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Avaliação de cursos a partir do SINAES: uma análise para melhoria da qualidade na Universidade Federal da Paraíba. **Revista Educação em Questão**, v. 57, n. 53, p. e17064, 2019.

RYBINSKI, Krzysztof. Are rankings and accreditation related? Examining the dynamics of higher education in Poland. **Quality Assurance in Education**, 2020.

SALTO, Dante J. Beyond national regulation in higher education? Revisiting regulation and understanding organisational responses to foreign accreditation of management education programmes. **Quality in Higher Education**, p. 1-16, 2021.

SERAFIM, Milena Pavan; ARRUDA LEITE, Juliana Pires de. O papel das Universidades no alcance dos ODS no cenário do "pós"-pandemia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 26, n. 2, 2021.

SERPA PINTO, Rodrigo. Meta-avaliação: uma década do processo de avaliação institucional do SINAES. 209 f. 2015. Tese (Doutorado

em Administração) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

STAUB, Donald. 'Another accreditation? what's the point?' effective planning and implementation for specialised accreditation. **Quality in Higher Education**, v. 25, n. 2, p. 171-190, 2019.

TURCHI, Lenita Maria Organizadora; MORAIS, José Mauro de Organizador. **Políticas de apoio à inovação tecnológica no Brasil: avanços recentes, limitações e propostas de ações**. [S. l. : s. n.], 2017.

VALE, Mário; CACHINHO, Herculano; MORGADO SOUSA, Paulo. **A internacionalização do Ensino Superior português no âmbito do Erasmus: 2014-2016**. [S. l. : s. n.], 2018.

VIEIRA, Kelmara Mendes; KREUTZ, Rafael Rudolfo; COSTA, Flavio Naccheri Vilar. Conhecer, acreditar e participar? A avaliação institucional na percepção dos discentes. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, p. 615-636, 2019.

ZANDAVALLI, Carla Busato. Avaliação da educação superior no Brasil: os antecedentes históricos do SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 14, p. 385-438, 2009.

ZIMMERMANN, Melissa Maria de Souza. **Avaliação institucional: proposta de instrumento de meta-avaliação para a avaliação interna de IES**. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021.